

A AÇÃO DA IGREJA NAS BASES: DA INTEGRAÇÃO À LIBERTAÇÃO

Cláudio Perani

(Publicado originalmente nos Cadernos do CEAS n.º 39, set.-out. 1975, p. 23-29)

É consciência adquirida hoje na América Latina de que o ponto de partida da reflexão teológica deve ser a Igreja concreta. E nela que se manifesta a novidade histórica, se encontra o princípio da renovação e, de consequência, se revela Deus. Procuramos nestas breves e práticas reflexões, encontros e contatos com a base.

Uma das tendências dessa prática eclesial, que pode ser descoberta com facilidade sem precisar de pesquisa, e aquela que poderíamos chamar de “tendência para a base”. Observa-se na igreja brasileira uma migração notável na direção das classes populares. Resta ver quais as dimensões e a consistência do fenômeno. Em que consiste?

Aqueles que dedicam tempo integral a uma atividade eclesial, em geral, aquelas pessoas que o povo considera pessoas de igreja assumem outro ambiente e estilo de vida e passam a morar em bairros populares, no interior do país, no meio de operários e camponeses. Há um começo de mobilidade social (ainda limitada?) da classe média para as classes populares, do centro da cidade para a periferia, da cidade para o interior. Vários colégios de ensino médio são fechados e as irmãs passam a viver numa pequena comunidade de um bairro popular.

Essa mudança deu origem a novas formas de trabalho, assistindo-se hoje a uma multiplicação de “comunidades eclesiais de base”, onde “base”, na maior parte dos casos, significa exatamente, os estratos mais baixos da população.

Sobre esse fenômeno desejamos refletir, considerando, em primeiro lugar, o aspecto particular deste “viver com a base”, procurando aprofundá-lo através de três degraus: *1. presença; 2. presença de ação; 3. presença de ação crítica.*

Em segundo lugar, como lógica consequência e como contribuição mais importante do artigo, refletiremos sobre o problema de uma presença que “vem de fora” e sobre a desejada “identificação” com as classes populares, reconhecendo como necessária a influência de pessoa “de fora”, no sentido de alguém que já tenha uma consciência esclarecida.

1. PRESENÇA

Não é difícil descobrir as razões que podem ter levado pessoas de igreja para uma presença nos meios populares. Habitualmente houve na história da igreja um dinamismo na direção dos mais pobres que suscitou várias iniciativas e novas experiências. O *evangelho* pede insistentemente um compromisso de vida e um engajamento preferencial com os pobres.

A crise do mundo com suas diferenças sociais violentas, o processo de secularização em andamento e os movimentos que precederam e deram conteúdo ao Concílio, levam a igreja hoje a tomar consciência de um grande “aburguesamento” e a procurar abrir sua atividade para outras classes. Essa consciência é mais viva na América Latina onde os bispos reconhecem que “a hierarquia, o clero e os religiosos são ricos e aliados dos ricos”. Daí a insistência para uma “distribuição tal dos esforços e do pessoal apostólico que se dê preferência efetiva aos setores mais pobres, necessitados e segregados”.

No caso concreto do Brasil o planejamento da Pastoral de Conjunto faz anos insiste na linha das *Comunidades Eclesiais de Base* que – apesar de em teoria não fazerem distinção de categorias – na prática se desenvolveram entre as mais populares, engajando um sempre maior contingente de lideranças.

Habitualmente essa presença consiste em ir morar num bairro popular ou no interior, levando uma vida simples, procurando o contato de casa em casa...

Não existe um objetivo concreto, a não ser o desejo de uma maior solidariedade com os oprimidos, procurando amizade, prestando serviço, conscientizando. Trata-se de um

entrosamento com situações e pessoas concretas na *linha do conhecimento e do afetivo*, em primeiro lugar. *Presença vivencial*, de testemunho.

Reconhecemos o valor deste primeiro passo. É em muitos casos um caminho indispensável para romper com determinados hábitos e esquemas mentais de caráter burgues-clerical que aprisionam as pessoas de igreja. A nova situação é pressuposto para conseguir compreender mais concretamente as necessidades das classes populares. Sai-se de uma aceitação universalista e teórica de toda e qualquer pessoa e percebe-se valores, contradições, sofrimentos, escravidões, no concreto de um contexto bem limitado. Questionamento pessoal e conhecimento do outro: as duas coisas vão juntas e se condicionam reciprocamente.

Tudo isso é importante, mas insuficiente. Deve-se colocar o problema da *presença em termos mais críticos*. Pode ser uma presença integradora ou libertadora, isto é, pode ajudar as pessoas a aceitarem a situação presente ou pode estimular um trabalho de mudança. O problema não pode ser colocado e resolvido só em termos “subjetivos” de autenticidade. A eficácia da presença, medida pela ação que exige objetivos bem concretos e limitados. As vezes parece existir uma prioridade do “contemplativo” no sentido de que se coloca como único e absoluto o valor “vivência”, ficando assim na impossibilidade de pegar e questionar a realidade objetiva que fica desvalorizada.

Isso nos leva a considerar o segundo ponto da nossa exposição: o problema da ação.

2. PRESENÇA DE AÇÃO

A pergunta que se coloca é a seguinte: “viver com” ou “agir com”?

É verdade que existe uma serie de praticas as mais variadas possíveis: distribuição de alimentos, de vestuários, de remédios..., atendimento médico, cooperativas e artesanato, organizações educativas com cursos de todo tipo, desde alfabetização a cursos profissionais, grupos de evangelização e de catequese para todas as idades. encontros litúrgicos, etc.

Prevalecem, porém, muitas vezes uma *supremacia do elemento “palavra”* (sobressaem os encontros, as reuniões, a doutrinação ...) que suscita uma certa insatisfação; ha a impressão de não morder a realidade, de perder tempo, de não alcançar nada. Conseqüências? Às vezes resolve-se julgando que há um imediatismo excessivo ou falta de fé, outras vezes rejeita-se toda e qualquer discussão teórica exigindo atividades, “fazer algo”.

Um dos motivos desse impasse, ao nosso ver, depende do fato que não dá prioridade à ação. Apesar de afirmar teoricamente o valor do engajamento e do serviço e a necessidade de ação, a evangelização muitas vezes

está num esquema que dá prioridade à palavra, deixando em segundo lugar a ação. Isso determina a dificuldade de recuperá-la, pois fica-se sempre num esquema conceitual. A reflexão que não parte da prática dificilmente pode levar à pratica. Essa última é prioritária: *a praxe deve preceder toda reflexão*. Nessa linha, o “viver com” tem sentido só se consequência de um “agir com”.

Apresenta-se uma objeção: a *bíblia* não dá prioridade à palavra? a evangelização não consiste em anunciar a palavra do evangelho?

Devemos reconhecer isso, sem contudo renunciar à nossa critica anterior; ao contrario, fica confirmada também por uma reta interpretação dos dados bíblicos a exigência fundamental da ação. O sentido de “palavra” que orienta muita atividade de igreja e interpretado a partir da categoria “conhecimento” como simples comunicação entre homens, como transmissão de ideias, de conceitos, de doutrinas. contra o verdadeiro sentido bíblico. Para a bíblia a “palavra” tem dois aspectos distintos, mas indissociáveis: *revela ao mesmo tempo que opera*. É algo dotado de eficácia que exprime a pessoa toda, seu dinamismo e sua ação, e que importa em acontecimentos que constroem o mundo e fazem a história. Também o ministério da igreja, a evangelização, que é serviço da Palavra de Deus, deve ser entendido como obra de salvação e potência de vida. O evangelho, boa nova, e sempre prioritariamente uma ação, um acontecimento de “saúde” que depois é interpretado.

Se é verdade que não podemos tirar dessas afirmações uma metodologia de ação nem uma filosofia científica de mudança da sociedade, fica adquirido o conteúdo concreto da nossa vida: deve ser ativa, dando prioridade à ação, à transformação, ao trabalho para construir o homem novo. A prática é, na dinâmica da vida, ponto de partida e ponto de chegada. Assim sendo, todo “viver com” deve ser questionado e interpretado a partir do “agir com”. A presença da liderança de igreja deve ser uma *presença de ação*.

Com isso nem tudo está dito. *Que tipo de ação?* que tipo de prática? O equívoco entre uma presença integradora (mantenedora da situação atual) ou libertadora (favorecendo uma mudança positiva) deve ser posta também para a ação. Nem toda ação é libertadora. Quais os requisitos?

3. PRESENÇA DE AÇÃO CRÍTICA

O problema do tipo de ação é menos notado, ou melhor, raramente chega a colocar-se em termos mais críticos.

Como vimos, há uma série de atividades, muitas de caráter promocional, que podem ficar resumidas dentro dos dois extremos que as caracterizam: empreendimentos de cunho econômico e atividades de tipo educativo. *Através delas o problema da mudança libertadora é atingido na sua raiz?*

Também entre aqueles que estão “agindo”, muitas vezes, existe uma grande *insatisfação* com o resultado da ação. Percebe-se que algo não funciona. Muitos resolvem o problema numa linha *voluntarista*, exigindo maior generosidade e maior coragem, sem questionar a ação em si mesma, em seus objetivos e instrumentos. Mais difícil ainda é encontrar pessoas que coloquem o questionamento mais além da ação visível, no nível da visão de *realidade*, possuída.

Tocamos aqui o problema fundamental da *ideologia* que influencia toda atividade humana, a eclesial também. Entre os vários sentidos dessa palavra, aludimos aqueles mecanismos inconscientes que operam numa determinada direção, que pode ser bem diferente daquela explicitamente querida. Trata-se de um sistema de representação e de valores que a classe dominante de uma sociedade determinada produz e que influencia todo e qualquer julgamento e decisão. É como uma prisão, um viver dentro de um mundo fechado sem perceber isso.

Uma pessoa de igreja que se transfere para um bairro *traz consigo toda uma mentalidade e uma escala de valores que provem de outro ambiente*.

Não é difícil percebê-lo. Habitualmente, também nos meios “renovados” da “pastoral”, subsiste uma visão antropológica personalizante com forte conotação individualista e subjetivista, *dá-se prioridade ao egoísmo e à boa vontade na explicação das causas das injustiças* e na procura dos caminhos de mudanças, *sem perceber suficientemente o problema estrutural* e conseguir dar um conteúdo objetivo a esse egoísmo ou boa vontade. *Prevalece uma perspectiva moralizante que apela continuamente para a consciência*. Mas consciência de que? Evita-se todo e qualquer confronto, propondo a cada passo “diálogo”, “entrosamento”, “união”, que ficam superficiais e impossíveis porque não se consideram suficientemente as profundas divisões estruturais que existem. Uma falsa perspectiva universalista leva a ignorar com facilidade a *divisão da sociedade em categorias* a partir de interesses fundamentais e diferentes, no momento em que tais divisões são aceitas na prática e, portanto, confirmadas. Há dificuldade para inserir o “culto dominical”, os “círculos bíblicos”, como também muita atividade promocional, num quadro mais amplo de mudança.

Podemos acrescentar o perigo de a “visão” permanecer classista no sentido burguês do termo, também no fato como tal da constituição de uma liderança de igreja socialmente distinta e definida, acima e em oposição aos outros, considerados quase como cristãos de segunda ordem.

Toda essa mentalidade ideológica e continuamente alimentada por uma teologia elaborada num contexto diferente, vulgarizada e transmitida ao povo com o qual se trabalha. Juntamente com as pessoas com sua mentalidade chega no bairro ou no município do interior toda uma literatura, cartazes, filmes, subsídios de qualquer tipo, verdadeiro material “estrangeiro”, embora “made in Brazil”, *porque elaborado dentro de outros interesses* e com pressupostos classistas. Com isso

não queremos negar o valor do “vir de fora”. Vamos ver que algo nesse sentido é necessário. *Questionamos o conteúdo da invasão.*

Várias pessoas com facilidade advertem a dificuldade desse tipo de presença e procuram resolver a partir do princípio do *profundo respeito que se deve ao povo*. Procuram despojar-se de toda influência própria, favorecendo a iniciativa e a responsabilidade dos interessados. É inútil dizer do valor dessa perspectiva que, porém, deve ser bem entendida, pois radicalmente o “respeito ao povo” não muda a natureza do problema. Há o perigo de cair em um grande “*espontaneísmo*”; aceitando sem mais, a primeira palavra do povo porque do “povo”, com a consequência de uma prática ingênua e, por isso, não transformadora. *É preciso lembrar, a propósito de ideologia, sua universalidade, isto é, por ser da classe dominante não se absorve só na mesma, mas é absorvida também pela classe dominada. O povo interioriza as forças que o tornam dependente.* É por essa razão que toda prática “espontânea” habitualmente coopera para manter a situação existente.

Que fazer? Deve ser superada a simples presença de ação para pôr o problema de uma *ação crítica*.

Essa exige, em primeiro lugar, a *tomada de consciência do problema ideológico*. Há uma grande dificuldade, pois *por definição a ideologia é inconsciente*, a pessoa que vive dentro de um mundo ideológico fechado não o sabe. Mas não é impossível introduzir um processo de mudança. Já no nível propriamente teológico todos nós temos experimentado uma troca de mentalidade e de valores que era impensável antes. Não há dúvida alguma de que a experiência de miséria constatada na nova situação de vida é fundamental para pôr em crise o próprio sistema. Não é suficiente. É preciso recorrer a novas categorias, novos conceitos que possam questionar a visão antiga. Tudo isso deve vir de fora, num certo sentido, pois a ideologia se conhece “desde fora”.

É o problema da *análise* da realidade da ação. É necessário encontrar um instrumental de análise que nos ajude a compreender e superar a consciência e as práticas ingênuas do povo, a ter uma visão mais estrutural do contexto, a descobrir todas as implicações de conteúdo econômico, social e político de uma ação pastoral, numa perspectiva dinâmica, se queremos contribuir para uma mudança efetiva. Somos obrigados a recorrer à contribuição das ciências sociais, procurando uma contínua dialética entre teoria e prática, questionando e aprofundando a primeira a partir da segunda, e vice-versa.

Residir num bairro, trabalhar com as classes populares de maneira nenhuma dispensa de um aprofundamento teórico. Deve-se partir da prática, mas essa deve ser continuamente revista, “teorizada”, para modificar-se e tomar-se uma prática sempre mais iluminada e transformadora. É somente nesta altura que poderemos falar de uma presença de ação crítica.

4. VIR DE FORA?

Resta-nos refletir mais explicitamente sobre um problema continuamente levantado e dificilmente resolvido: o problema de uma *presença que vem de fora* e da *identificação* com as classes populares. Habitualmente a transferência para a base é motivada pelo desejo de uma solidariedade com os pobres, procurando a maior identificação possível. Não há muita ilusão nisto? Pode-se alcançar certa convivência, condições materiais de vida mais simples, mas a pessoa de igreja habitualmente goza de um esquema de segurança diferente, sobretudo possui um grau de consciência e toda uma bagagem cultural que não pode de maneira nenhuma abandonar, mesmo que não queira utilizá-la. Mas a pergunta vai mais longe. É necessário um maior nivelamento ou poderia ser até prejudicial? Que tipo? Em que sentido?

Evidentemente, todo e qualquer esforço de adaptação e de compreensão da nova situação é válido.

Nós queremos esclarecer o problema em termos mais “teóricos”, mostrando como seja necessária, para o desenvolvimento de uma comunidade, a atividade de alguém “de fora”, explicando em que sentido entendemos o termo “de fora”. Podemos falar da necessidade da colaboração de “educadores” (habitualmente de classe média) que já tomaram consciência de determinada estrutura de exploração e decididos a colocar-se a serviço dos interesses dos estratos mais baixos da população.

A presença de alguém com consciência crítica e disposto a favorecer os interesses dos oprimidos, é indispensável - pelo menos no início do processo - para que esses últimos iniciem um movimento de libertação. Sozinhos não conseguem por falta não de vivência, mas de consciência crítica: estão presos pela ideologia dominante. Não se dá geração espontânea. *Há necessidade de uma espécie de “catalisador”* que provoque a centelha e desapareça.

Nesse processo, em um primeiro momento, o oprimido questiona o “educador” para que tome consciência das contradições vividas pelo primeiro. Num segundo momento, a resposta do “educador” é uma educação conscientizadora que leva o oprimido a assumir contradições que vivia realmente, sem porém ter uma consciência reflexiva disso, isto é, sem conhecer as causas mais profundas, permitindo-lhe agora iniciar uma ação libertadora. Nesse sentido alto deve vir “desde fora”, de uma consciência já esclarecida, alimentada com conceitos que provém de uma análise da realidade e que devem ser revistos continuamente a partir da prática, mas que não se encontram na consciência do oprimido. À medida que o processo cresce, deveria diminuir o papel do “educador” até o oprimido tomar nas mãos inteiramente sua própria ação de transformação e de libertação.

Tudo isso aplica-se à pastoral e pode iluminar o papel da liderança de igreja que decide pôr uma presença na base. Para que seja uma presença de ação crítica deve ser uma contribuição de alguém que não impõe “necessidades” próprias ao povo, mas que, por vir “desde fora”, tem possibilidade de ajudar o povo a reconhecer melhor suas verdadeiras necessidades e a lutar para alcançá-las.